

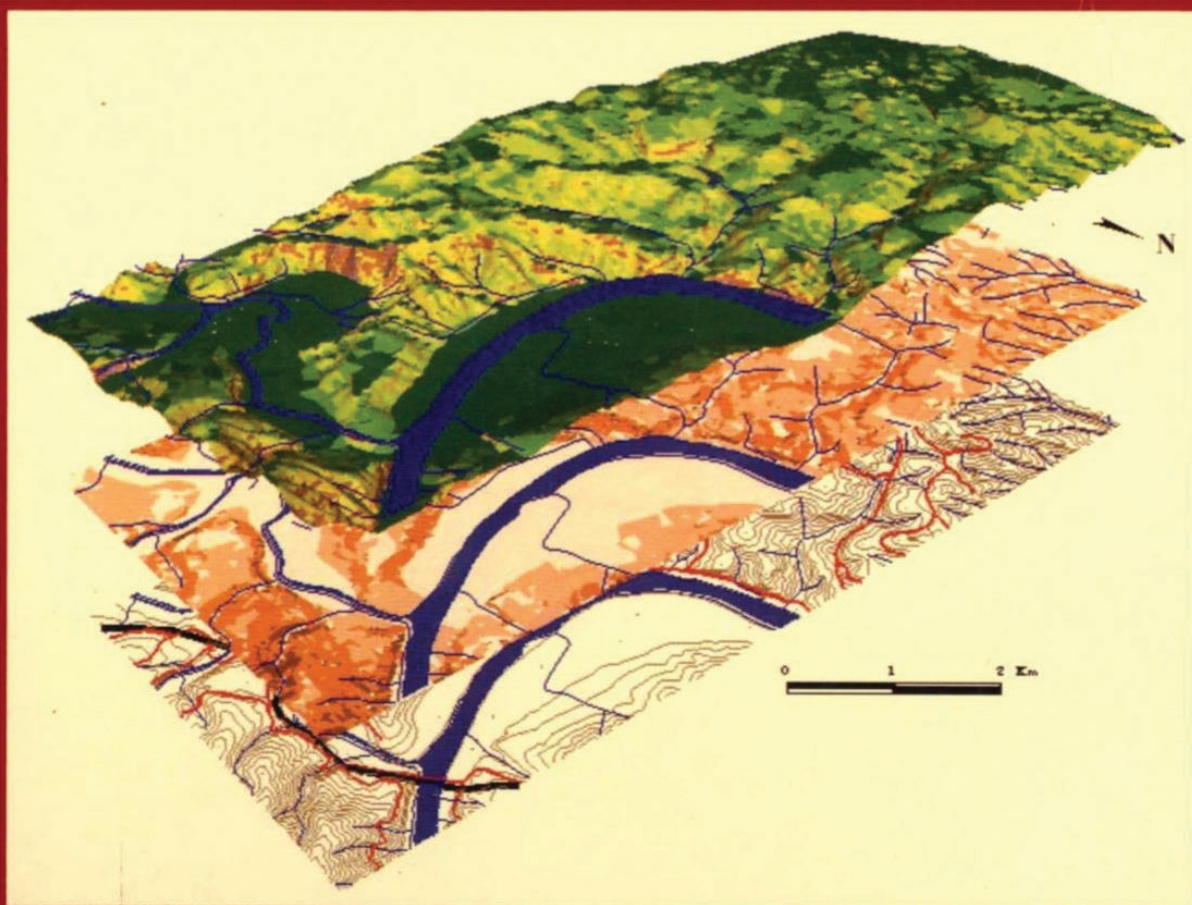
CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

FACULDADE DE LETRAS · UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA

2000

N.º 19



TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO EM ESPAÇO RURAL

Pontos multi-serviços nos distritos de Castelo Branco e Guarda

Lucília Caetano*
Norberto Santos*
Rui Gama*

RESUMO

Neste texto faz-se a apresentação da metodologia utilizada na caracterização territorial com o propósito de implantação dos *Pontos Multi-Serviços* (PMS). O objectivo primordial destes *Pontos* é promover a utilização de tecnologia multimédia como meio de valorização dos espaços rurais e da sua sociabilidade. As áreas abrangidas são territórios rurais frágeis ou dominando espaços com poucos recursos ao nível de serviços e comércio. A incidência territorial é efectuada na Região Centro Interior de Portugal, nos Distritos de Castelo Branco e da Guarda. O objectivo final é a constituição de uma rede de PMS, numa lógica de reforço do comércio e serviços rurais existentes, procurando-se, assim, conseguir conter o êxodo da população destas zonas, devido à tradicional debilidade e ao declínio do tecido económico destes territórios, responsáveis pela precariedade das condições de cidadania perante a dificuldade de acesso à maior parte dos serviços da sociedade urbana contemporânea.

RÉSUMÉ

Dans ce texte nous présentons la méthodologie appliquée dans la caractérisation territoriale avec la volonté de localiser les Points Multi-Services (PMS). L'objectif principal de ces Points est de promouvoir l'utilisation de la technologie multimédia afin de valoriser les espaces ruraux et leurs rapports avec l'extérieur. Les aires concernées sont des territoires ruraux fragiles, principalement des espaces ayant peu de ressources au niveau des services et des commerces. Le territoire choisi pour tester la mise au point de ce projet est la Région Centre-Intérieur du Portugal, aux Distritos de Castelo Branco et de Guarda. L'objectif final est de construire un réseau de PMS, dans une logique de renforcement du commerce et des services ruraux existants, et également, de cette façon, de freiner l'émigration de la population de ces zones due à la traditionnelle faiblesse et au déclin du tissu économique de ces territoires, qui sont, ainsi, responsables de la précarité des conditions de citoyenneté consécutive à la difficulté d'accéder à la plupart des services de la société urbaine contemporaine.

ABSTRACT

This text presents the methodology used in territorial characterization with the purpose of establishing Multimedia Service Stores (MSS). The main objective of these stores is to promote the use of multimedia technology as a mean of valorizing rural spaces and their sociability. The areas included in the project are either fragile rural territories or spaces with scarce resources at the level of services and trade. The project takes place in the interior of the Central Region of Portugal, in the districts of Castelo Branco and Guarda. Its final purpose is to establish a network of MSS that will reinforce the existing trade and rural services in order to check the exodus of the population from these areas. This exodus has been due to the traditional fragility and the decline of the economic structure of these territories, which are responsible for the precarious conditions of citizenship in the face of the difficult access to most of the services of contemporary urban society.

* Centro de Estudos Geográficos de Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

INTRODUÇÃO

O II Quadro Comunitário de Apoio findo em 31 de Dezembro de 1999, através do Programa Comunitário INTERREG II C – Cooperação Transnacional, possibilitou que várias entidades de três Países Europeus (Portugal, Espanha e França), pudessem aproveitar uma experiência iniciada, no ano de 1994, em França e transpô-la para os restantes Países apresentando, para tal, um estudo sobre as suas Regiões economicamente mais débeis e de densidade populacional baixa.

Permitiu e promoveu uma ligação forte entre os representantes da área Empresarial e da área de Investigação, traduzindo-se na prática, no conhecimento mais profundo dos Distritos do Interior do nosso País, nas suas vertentes do tecido empresarial, da demografia e sócio-economia e da organização do território.

É neste contexto, que se apresenta este estudo¹, que visa contribuir para a melhoria da situação nas pequenas localidades do Interior do País, concretamente nos Distritos de Castelo Branco e da Guarda.

Este Projecto transnacional tem por objectivo primordial conceber, no âmbito da problemática da luta contra a desertificação e, consequentemente, da revitalização dos espaços rurais, um *pólo* de competências e de *know-how* que permita dominar a engenharia de dispositivos convergentes e complementares: salienta-se a pesquisa de potencialidades destes territórios, de modo a permitir a identificação de pontos *âncora* de novas fontes de desenvolvimento, através do seu empenho e importância na efectivação de experiências bem sucedidas. Perante este conjunto de circunstâncias e a vontade de evoluir no sentido da diversificação dos serviços à população é proposta a implantação de novos serviços de proximidade - *Pontos Multi-Serviços* (PMS).

As áreas abrangidas são territórios rurais frágeis ou dominando espaços com poucos recursos ao nível de serviços e comércio. A incidência é efectuada nos três países intervenientes neste Projecto; Região Centro Interior

¹ "Organização e revitalização de territórios rurais" é o título de um Projecto liderado pela CRCIA (Câmara Regional de Comércio e Indústria de Auvergne, França) em parceria com as Universidades de Clermont-Ferrand, através do Centro de Estudos e Investigação Aplicada ao Maciço Central, Média Montanha e aos Espaços Frágeis - CERAMAC, de Coimbra, através do Instituto de Estudos Regionais e Urbanos - IERU: e de Salamanca. Estando a actividade empresarial representada pela CRCIA complementada, também, por intermédio do Conselho Interconsular de Auvergne (França), das Câmaras Oficiais de Comércio e Indústria de Salamanca e de Zamora, da Associação Universidade Empresa de Salamanca - AUESA (Espanha) e do Conselho Empresarial do Centro (Portugal).

em Portugal (Distritos de Castelo Branco e da Guarda), Castela e Leão em Espanha e Maciço Central (Região de Auvergne) em França.

O objectivo final é a constituição de uma rede de PMS, numa lógica de reforço do comércio e serviços rurais existentes. Esta rede assenta na lógica de complementaridade que permite associar, num mesmo *local*, todo um conjunto de actividades comerciais e de consultoria. Em suma, estes pontos passam a constituir um factor fomentador da aproximação das oportunidades de acesso aos serviços públicos e privados, por parte dos consumidores rurais, em contraponto com as áreas de consumo com significado qualitativo e quantitativo mais diversificado (os consumidores urbanos). Este investimento insere-se numa estratégia de potenciação da melhoria das condições de vida das populações e de combate à exclusão social e ao isolamento, decorrente da interioridade e, numa estratégia genérica de criação de condições mínimas para um apoio efectivo às características de cidadania a que todos temos direito.

A IMPORTÂNCIA DA REDE DE PONTOS MULTI-SERVIÇOS.

A originalidade deste Projecto é a de utilizar a tecnologia multimédia como meio de promoção e valorização dos espaços rurais e da sua sociabilidade.

A presença nas redes de *Pontos Multi-Serviços* de *Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação* (Fax e Internet) permite a entrada destes lugares e das suas populações numa dinâmica de desenvolvimento que virá a ter reflexos a nível comercial e possibilitará a fixação da população e a atracção sazonal de população alóctone, ao facultarem informação e serviços em percursos turísticos onde aqueles se encontram habitualmente ausentes.

O objectivo maior a atingir é conseguir conter o êxodo da população das zonas rurais, devido à tradicional debilidade e ao declínio do tecido económico destes territórios, responsáveis pela precaridade das condições de cidadania perante a dificuldade de acesso à maior parte dos serviços da sociedade urbana contemporânea.

Entretanto, estes territórios, grandes focos de emigração, têm, de alguns anos a esta parte assistido a um retorno da população que é necessário sustentar e consolidar. Para isso é necessário oferecer a esta população, e à população em geral, os equipamentos e serviços indispensáveis, a nível pessoal e profissional. Para atingir este objectivo impõe-se não só mobilizar capacidades de desenvolvimento endógeno, mas também identificar as dificuldades com que se deparam estes actores potenciais

do desenvolvimento, a nível dos serviços de acolhimento, de informação, de comunicação e de acesso aos mercados locais, regionais e nacionais, num quadro de actividade duradoura.

O défice crescente da oferta de serviços, acentua a desertificação do meio rural. A presença de actividades comerciais no meio rural é considerada, mais que nunca, como factor essencial à salvaguarda e à qualidade de vida dos seus habitantes.

Deste modo, manter, desenvolver ou adaptar a infraestrutura comercial no território rural, assume importância e importa que o comércio responda às exigências de proximidade, propondo, à população local e à turística, uma gama de serviços, o mais completa possível, criando, simultaneamente, condições que lhe permitam assegurar a sua própria rentabilidade.

O fundamento do conceito *multi-serviços* assenta na noção de complementaridade que permite associar, num mesmo lugar, um conjunto de actividades comerciais e de oportunidades de acesso a serviços públicos e privados dos consumidores rurais.

O esquema PMS assenta na detecção, *à priori*, de comércios pré-existentes em freguesias rurais (baseadas em comércios com dominante alimentar e/ou café-restaurante e associações de âmbito local e com fortes vertentes sócio-culturais).

Este conceito pretende a implantação de uma rede regional de Pontos com uma imagem comum, através da instalação, em cada um deles, de um telefone, de um fax, de um computador ligado à Internet, de um terminal multibanco e uma fotocopiadora. O propósito é a execução de um conjunto de serviços raros no espaço de implantação, complementares entre si e motivadores da integração das populações rurais na sociedade de informação, através de um pacote de serviços de proximidade (Serviços financeiros, informações diversas, espaço multimédia),

Este projecto, pretende, pois, contribuir para combater as dificuldades das populações no acesso à informação, através da concentração de serviços, pondo-os à disposição das populações num só local associado a uma rede de lugares com o mesmo tipo de condições.

Em Portugal este sistema já existe noutras áreas, como seja os *CFE (Centros de Formalidades das Empresas)* e as *Lojas do Cidadão*, onde todos os serviços necessários para se constituírem empresas ou obterem informação sobre a Legislação, obtenção de documentos identificativos, pagamento de impostos..., estão concentrados num único local, tendo sido uma experiência muito positiva na economia de tempo, de deslocações e de burocracia aos cidadãos.

Identificar um conjunto de lugares com efeitos evidentes de debilidade de desenvolvimento e de atractividade

em espaços rurais marcados pela interioridade é, pois, fundamental para o arranque de um projecto deste tipo.

A persistência da regressão demográfica em espaços rurais, a diminuição dos empregos locais em áreas periféricas, as actuais facilidades de acessibilidade na dependência do automóvel, a uniformização dos modos de vida, convergem para destronar a tradicional hierarquia da organização territorial. Com efeito, a mobilidade da população fomentada pela atractividade urbana dificulta a implantação de comércios, de serviços básicos e de outras funções terciárias que, por isso, tendem a desaparecer das aldeias inseridas em áreas periféricas.

Entender o processo de evolução de crescimento negativo ou estagnação sócio-económica, é a proposta deste estudo, tentando, desde logo, identificar os serviços de proximidade a manter, sob pena de condenar certos territórios, e compreender o papel a desempenhar pelas vilas e pequenas cidades nos territórios com fraca densidade populacional.

É evidente que, em função das dificuldades do meio natural, das heranças históricas e das condições demográficas, económicas e sociais, vários modelos territoriais têm percursos distintos. Deste modo, é indispensável uma tipologia dos espaços, para tornar as intervenções públicas mais eficazes.

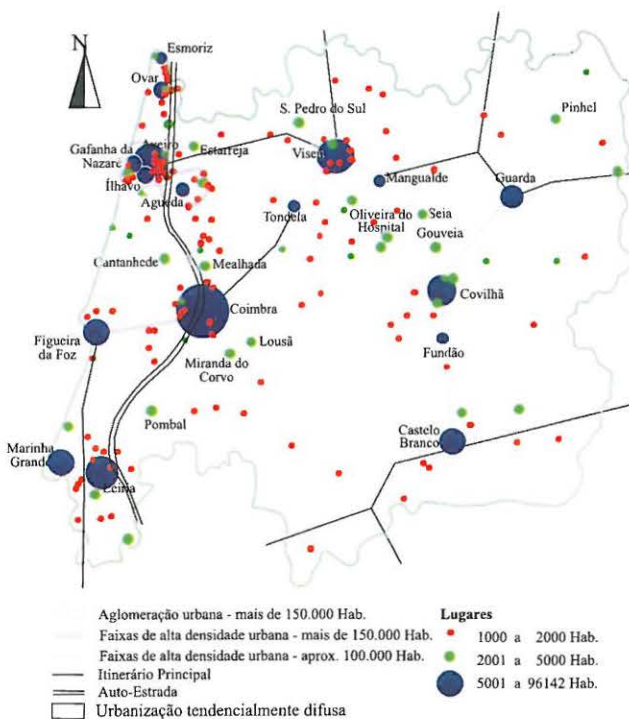
Esta caracterização passa pela pesquisa através da informação estatística da estrutura demográfica, social e económica do território a nível concelhio, de freguesia e de lugar. Com a valorização dos serviços disponíveis para população. Simultaneamente a elaboração de um inquérito junto dos comércios, serviços e associações definiu as qualidades das infra-estruturas, as prioridades e as vontades no acolhimento dos PMS.

No presente estudo elegeram-se os lugares com quantitativos populacionais entre os 500 e 1000 habitantes, porque foram considerados como sendo aqueles que permitiriam reunir uma clientela potencial mínima para a valorização dos PMS, onde seriam integradas as experiências-piloto e os PMS da rede regional a implementar.

O TERRITÓRIO DE REFERÊNCIA: CASTELO BRANCO E GUARDA, DISTRITOS DA REGIÃO CENTRO. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO CENTRO DE PORTUGAL: AS OPOSIÇÕES TERRITORIAIS

Como refere FERRÃO “a organização territorial do País (Continente) tem evoluído de acordo com uma trajectória que se manifesta tanto internamente, a partir de grandes oposições regionais, como externamente, em termos de perfis de inserção geoeconómica internacional” (FERRÃO, 2000: 184).

Com a cidade a evidenciar-se como o principal elemento de estruturação espacial na sociedade contemporânea, as redes de cidades têm, nos últimos anos, mostrado o papel significativo das denominadas cidades médias nessa estruturação (Figs. 1 e 2) a par com a grande metrópole, que parece não conseguir conjugar convenientemente a quantidade com a qualidade de vida da população. Esta valorização do espaço urbano e da sua envolvente próxima têm relegado, para um plano sem significado ou sem grande expressão sócio-económica e demográfica, os espaços rurais longínquos. Estes mantêm-se marginais e sem o desenvolvimento que facultaria às suas populações a manutenção de níveis de cidadania igualitários com os da restante população, tornando-se ainda mais difícil a promoção de níveis mínimos de informação, de acesso à inovação e de utilização das modernas tecnologias. São sobretudo as características económico-demográficas que permitem fazer esta oposição, distinguindo-se claramente as áreas do Litoral que se moderniza e desenvolve, consequência da industrialização e da terciarização, mantendo-se o Interior, embora aqui e além mesclado por ilhas de urbanidade, com características rurais associadas ao sector primário, perdendo população e apresentando uma dinâmica social crescentemente deficitária, já que a dinâmica económica há muito tempo se encontra ausente.



A valorização da relação entre grandes metrópoles e espaços rurais implica tomar em consideração o conjunto de cidades médias capazes de estruturar espaços de proximidade, assumindo, todavia, também relações em que esta não detém uma importância exclusiva, quando conseguem inserir-se em redes em que a intangibilidade detém algum significado. Valorizar o mesmo princípio para lugares mais isolados é, precisamente, o propósito dos PMS. aqui em análise

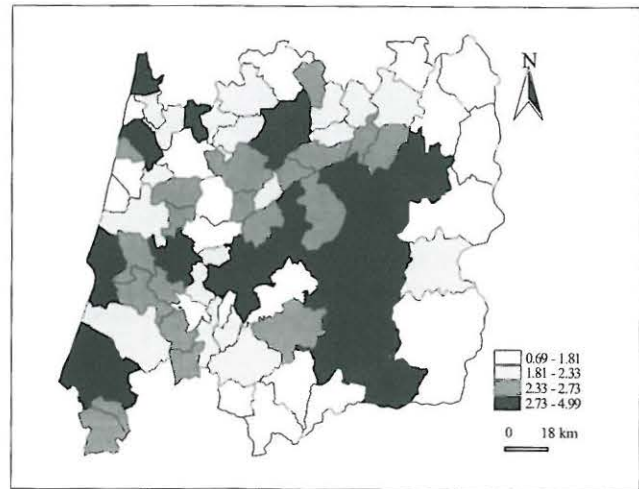


Fig. 2 — População a trabalhar em actividades financeiras (%) na Região Centro, por concelho.

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, 1991, INE.

As transformações ocorridas na sociedade portuguesa nas últimas décadas traduziram-se a nível espacial por um crescente processo de urbanização diferenciado, em que paralelamente ocorreu a densificação e a dispersão espacial da população. Todavia, este fenómeno regista-se apenas nas áreas litorais não metropolitanas. Sublinhando esta perspectiva, GASPAR (54: 1993) afirma que o “processo de urbanização em Portugal tem duas normas principais: a do Litoral e a do Interior”, com aquele a presenciar o crescimento de todos os centros de pequena e média dimensão, como acontece na Região Centro.

O Interior no Portugal Central surge então caracterizado por uma situação de dupla mobilidade, apresentando circunstâncias muito próprias. As aglomerações com o título de cidade integram-se em espaços ainda pouco urbanizados e são elas que suprem, de facto, embora nem sempre da maneira mais adequada, as necessidades de serviços (administração, ensino, saúde, transportes, comércio, etc...) das populações das sub-regiões envolventes, resultando dessas relações a principal fonte de emprego. A dificuldade em suprir algumas das necessidades destas populações é, contudo, uma das explicações

para que, a par da repulsão existente nas suas áreas de influência (“sucção do espaço rural envolvente”), possa surgir também um crescimento muito ténue ou mesmo estagnação populacional no próprio centro, devido a significativos movimentos populacionais em direcção a outros centros urbanos, normalmente do Centro Litoral, mas também para as áreas metropolitanas. Nesta mobilidade não se impõe forçosamente que o percurso de saída integre a cidade média ou a pequena cidade média do Interior, porque frequentemente as relações são agora menos hierarquizadas e menos dependentes das barreiras espaciais. Assim, centros de nível inferior estabelecem, facilmente, contactos com os de nível superior, de diferentes hierarquias, sem utilizarem os seus próprios níveis hierárquicos.

Neste contexto importa vincar a importância do social na produção do espaço, mas também compreender os elementos deste como factor explicativo das realidades. Em suma, o espaço assume uma “dimensão estratégica” decisiva na sociedade e nas configurações do processo de urbanização do território português.

Esta configuração relaciona-se, sobretudo, com o “funcionamento mais sistémico dos vários centros urbanos num quadro marcado pela reformulação das acessibilidades interurbanas e pela expansão das novas tecnologias de informação e comunicação” (FERRÃO, *idem*), em detrimento dos espaços intersticiais (rurais) que dificilmente conseguem promover a sua imagem. Estas novas formas de relação, sustentadas numa organização espacial concreta, encontram tradução, por exemplo, na rede de Auto-Estradas e de Itinerários Principais, com nós que beneficiam as principais aglomerações, e na organização das linhas de caminho-de-ferro, em que os comboios de maior velocidade valorizam só determinados pontos. Trata-se de uma nova geografia do território português em que emergem determinados espaços com características e dinamismo assentes, quer nos recursos que apresentam, quer sobretudo na capacidade de relação com outros espaços muitas vezes distantes (configurações espaciais em arquipélago), em detrimento da valorização dos espaços próximos em que o dinamismo sócio-económico é reduzido. O espaço geográfico assume novo significado e transforma-se em espaço topológico assente em “centros urbanos e alimentado por fluxos de informação, pessoas e bens que aproximam funcionalmente esses centros” (FERRÃO, *idem*). A distância-tempo substitui em importância a distância geográfica, as soluções tecnológicas e organizacionais reconfiguram proximidades, as redes destroem vizinhanças em que a proximidade era fundamental.

Todavia, como se percebeu anteriormente, nem todos os espaços integram de igual modo este tipo de relações sócio-espaciais. O território apresenta-se fragmentado em

espaços ganhadores e espaços marginais. As grandes tendências de organização do território português traduzem estes aspectos e permitem reflectir no papel que os diferentes territórios podem desempenhar no actual contexto de abertura, de globalização e de integração em espaços mais amplos (União Europeia), mas, também, na reorganização local, através de acções concretas, que embora afectando pequenos quantitativos populacionais, se mostram de grande significado na melhoria da qualidade de vida e da valorização da cidadania. A área raiana do centro interior de Portugal é um bom caso de estudo, não só porque permite compreender estas transformações, como também possibilita a integração de processos que permitam o atenuar da estagnação ocorrida nas décadas mais recentes ou, mesmo, fomentar algum desenvolvimento quando sustentado por recursos naturais, patrimoniais ou culturais aí existentes.

É fundamental para o desenvolvimento do interior que se atinjam determinados “limiares de densidade – densidade sócio-económica, demográfica, cultural, urbana, profissional ou de equipamentos” (REIS, 1997: 77). É através da intensificação das inter-relações entre os territórios e, dentro de cada território, da intensificação das inter-relações organizativas dos diferentes actores locais que se inicia e promove o processo de adensamento do desenvolvimento (*idem*). Torna-se fundamental que os diferentes espaços valorizem os seus recursos (e desde logo os materiais, mas não só), mas igualmente os seus elementos tácitos, as características intrínsecas, a sua identidade, de forma a que se constitua uma massa crítica mínima que possibilite o desenvolvimento. É fundamental a definição de estratégias claras e com objectivos bem definidos, exequíveis e que não pretendam tratar de forma global todos os problemas. Fazer opções deve constituir prioridade máxima nas actuações a empreender, que deverão assentar na utilização dos recursos próprios, na articulação com outros espaços e na solidariedade inter-territorial.

A promoção da implantação de *Pontos Multi-Serviços*, de pequenas *Lojas do Cidadão*, ou de *Lojas do Cidadão Rurais* permitiriam ultrapassar a exiguidade de relações institucionais, de informação e de interactividade que tantas vezes limitam as potencialidades de um espaço já tão afectado pela repulsividade.

O pensar global e agir local também aqui é defendido. Um primeiro ponto a referir tem a ver com o turismo. É sabido que este apresenta, nestes espaços de menor dinamismo económico, mas de grande valor patrimonial natural e cultural, uma importância na promoção desse dinamismo. É, por isso relevante, que estes espaços possam ser acessíveis a partir das redes que organizam esse turismo, que exista informação sobre eles e que essa

informação possa ser procurada a cada momento. Um segundo ponto de referência diz respeito à utilização destes espaços por população alóctone (turistas), permitindo-lhes a manutenção de um contacto com a tecnologia civilizacional a que estão normalmente habituados, se dele necessitarem. Um terceiro ponto: ao referirem-se estes PMS como forma de atrair turistas está-se simultaneamente a sublinhar o seu papel na fixação de população autóctone, que pode encontrar localmente actividades que lhe facultem rendimentos e lucros, através do turismo e das actividades que lhe estão associadas, e ter acesso à sociedade da informação, enquanto principal factor de integração, desenvolvimento e cidadania.

A análise sucinta que se segue procura caracterizar os diferentes espaços da Região Centro, considerando-se variáveis demográficas e económicas, através da leitura de um conjunto de dados que foram organizados em três grandes temas: população, sectores de actividade e actividades de serviços. As tendências apresentadas sustentam as grandes alterações na geografia dos territórios referidas anteriormente.

O que nos dizem os indicadores.

A Região Centro apresenta uma rede de centros de pequena e média dimensão. Todavia, enquanto o litoral apresenta também um crescimento em áreas contíguas dotadas de boa acessibilidade, o interior, em contraposição, apresenta um maior isolamento das cidades médias e de pequena dimensão cujo crescimento se deve em grande medida à sucção da população do espaço rural envolvente. Os concelhos fronteiriços e das sub-regiões do Pinhal (Sul e Norte) são aqueles onde o decréscimo de população foi mais acentuado (5 a 10%). Efectivamente, “uma análise de pormenor permite identificar duas unidades espaciais cuja linha divisória se inscreve de SSW para NNE, da Sertã até Aguiar da Beira, e que serve de separação entre o litoral e o interior. A dispersão de lugares que gravitam em torno das cidades de Coimbra, Aveiro, Ovar, Leiria e Viseu apenas é interrompida na área correspondente à serra do Caramulo e ao concelho de Pombal” (SANTOS, 1998). Por outro lado, identificam-se áreas e eixos urbanos mais dinâmicos, associados às principais infra-estruturas viárias e rodoviárias, permanecendo o restante território “marginalizado”. Salienta-se a mancha polarizada por Aveiro (Aveiro-Águeda, Ovar-Vagos), o eixo Coimbra-Figueira da Foz prolongando-se para Norte (Mealhada e também Anadia), para Sul (Condeixa-a-Nova e Soure) e Leste (Miranda do Corvo, Lousã, Poiães e Penacova), a região de Viseu e o eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco.

Um segundo grupo de indicadores refere-se à estrutura etária. Estes indicadores traduzem as transformações que

a partir dos anos sessenta ocorreram em Portugal. Destacando o aumento da mobilidade e da esperança de vida, bem como a diminuição das taxas brutas de mortalidade (12‰ em 1997) e de natalidade (11‰ em 1990 e 10‰ em 1997), todos estes factores promoveram um processo de envelhecimento da população (18% tem mais de 65 anos e 31,2% menos de 25 anos, enquanto a nível nacional os valores correspondentes são, respectivamente, 15% e 32,7%) e que já se vinha observando, associado à emigração, desde meados do século.

Tendo o número de mulheres vindo a aumentar na população, a distribuição espacial segue um padrão semelhante ao da variável população idosa (Fig. 3). São os concelhos do interior, as sedes de distrito e a área do Pinhal aqueles onde se registam as maiores percentagens de mulheres. Este padrão traduz, ainda, a evolução demográfica ocorrida desde os anos sessenta e que pode ser caracterizada basicamente pelos elevados valores de emigração, numa primeira fase, e posteriormente pela mobilidade interna, devendo ter presente as alterações políticas, sociais e económicas que levaram a uma participação crescente da mulher na sociedade. As áreas menos desenvolvidas do Interior Centro e os concelhos do Pinhal Interior foram os principais focos de emigrantes.

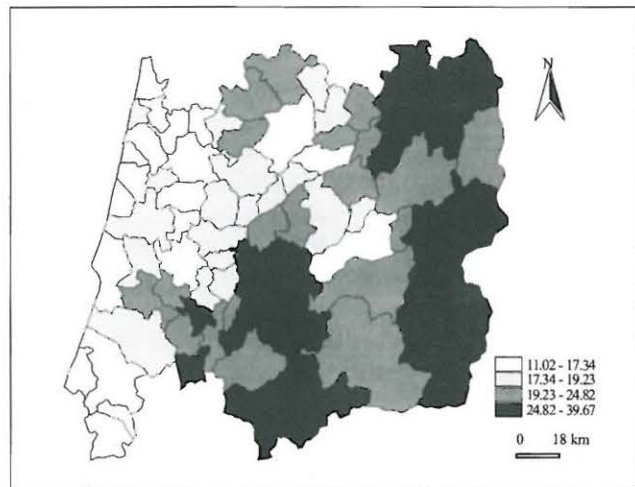


Fig. 3 — População idosa na Região Centro, por concelho.

Fonte: XIII Recenseamento geral da População, 1991, INE.

Também ao nível das actividades, das profissões e do emprego ocorreram alterações decisivas nas décadas mais recentes. A tendência de fundo levou à “desruralização” acelerada do país, quer pela via da emigração para o estrangeiro, quer através das migrações internas de populações para o litoral. A população urbana tem vindo a aumentar, a agricultura ocupa cada vez menos população activa, libertando um número importante de mão-de-obra

em grande parte absorvida pela indústria e serviços. Estes últimos têm vindo a aumentar o peso e a importância na economia, constituindo-se como a maior fonte de empregos. A mão-de-obra feminina apresenta um valor que tem vindo a crescer, representando actualmente metade do total, ocupando empregos em todos os sectores, sendo contudo maioritárias, quer na função pública, quer no ensino superior.

Especificamente, a população activa terciária traduz de forma marcante a diferenciação de espaços urbanos/espaços rurais. Mas mesmo estes espaços apresentam uma parte importante da população activa empregada nas actividades do sector terciário. Naturalmente as actividades do sector terciário económico são mais importantes nas sedes de distrito, nas áreas com maior presença de indústrias ou mais desenvolvidas (ou no caso de alguns concelhos do interior ligadas às actividades administrativas e de segurança da fronteira). As actividades do sector terciário social têm maior expressividade no interior servindo uma população mais envelhecida, ou no litoral nas áreas mais desenvolvidas, tendo grande significado em toda a *região* de Coimbra e nos concelhos de Aveiro e Viseu.

Na realidade, a cidade, no caso da Região Centro a cidade média e a pequena cidade média, expressa, ainda de forma muito nítida o processo de mudança das comunidades rurais em locais urbanizados onde continuam a existir relações sociais de parentesco, de vizinhança e de aliança; onde frequentemente se integram as classes médias que se deslocam em direcção à periferia e assumem também esses tipos de relações sociais, fazendo parte do mundo da cidade média e sintomáticas dos estilos de vida, bem diferenciados das grandes metrópoles, onde esse tipo de relações só bem mais longe se podem encontrar.

Em termos de habilitações literárias a população apresenta também uma estrutura muito deficitária. Tendo ocorrido alterações decisivas no sector da educação, a população (activa) ainda apresenta graus de instrução e formação escolar muito baixos. O analfabetismo (Fig. 4) apresenta ainda valores elevados, sobretudo nos grupos etários de idade mais avançada. Em 1991, 14,4% da população era analfabeta, cerca de 47% possuía o ensino básico primário e pouco mais de 5% tinha um grau universitário ou equivalente. Os concelhos do interior, de fronteira e a *sub-região do Pinhal Interior* são aqueles que registam os maiores valores. Verifica-se uma coincidência entre as áreas menos desenvolvidas, com maiores valores de população activa no sector primário e envelhecida e o nível de analfabetismo. Os concelhos do litoral e as sedes de distrito (mesmo as dos concelhos do Interior) apresentam os maiores indicadores de alfabetização.

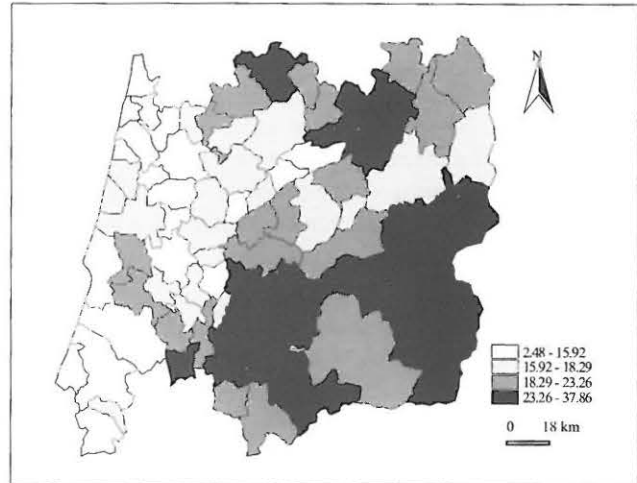


Fig. 4 — Taxa de analfabetismo na Região Centro, por concelho.

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, 1991, INE.

Os distritos de Castelo Branco e Guarda: Caracterização sócio-económica.

Quando passamos à análise sócio-económica de um território, devemos atender ao facto da estruturação deste responder a uma série de condicionantes de ordem económica, mas também e fundamentalmente, de ordem social e comportamental.

O espaço surge diferenciado em função das características das populações abordadas. A predominância de um certo estilo de vida num espaço concreto implica padrões específicos, uma vez que o espaço não interage por si só. Efectivamente, “o espaço não deve ser visto como uma entidade absoluta de alguma forma separada dos objectos materiais localizados dentro dele [nem] reduzido a esses objectos” (URRY, 1995: 65), valoriza-se, assim, a ideia, também expressa por URRY, de que existem “interdependências complexas entre consumir bens, serviços e espaços e o que os une são os padrões da vida social organizada dentro e através de lugares particulares” (URRY, 1995: 29), sendo, por isso, importante identificar as freguesias urbanas (Fig. 5) nos distritos em análise. Também no quotidiano do indivíduo, surgem diferenciações estruturantes. Salientam-se dois conjuntos de períodos: aqueles em que a população se mantém estacionária e aquela em que a população se desloca. É do jogo de relação entre estes dois períodos, entrecruzados com uma crescente variedade de estações, que se releva o padrão de utilização do espaço-tempo diário dos indivíduos. Assim, se para um habitante urbano a diversidade de utilização caracteriza o espaço-tempo, para um habi-

tante rural apresenta-se mais estática. Perspectivar a quotidianidade como padrão implica, precisamente, considerar a existência de percursos habituais que se efectuam durante períodos de tempo e que se repetem dia após dia. É deste conjunto de circunstâncias que se torna possível criar uma representação dos percursos individuais (isolados ou em conjunto) e compreender a mobilidade da população, associando diferentes mobilidades a espaços diferenciados.

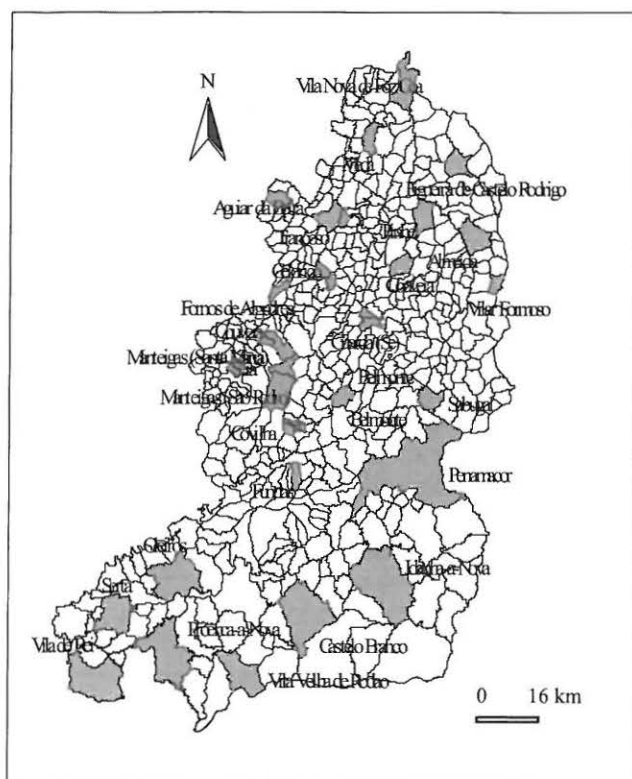


Fig. 5 — Freguesias urbanas nos Distritos de Castelo Branco e Guarda

Fonte: Organização dos autores

Este quadro do espaço vivido reflecte-se na imagem do tecido económico das Freguesias dos Distritos de Castelo Branco e da Guarda, onde o rural e o urbano ora se confundem, ora se opõem.

Assim, a organização dos serviços fornecidos à população permitem a individualização de um conjunto de venda de *bens de consumo diário*: *mini-mercados e mercearias, padarias, talhos e charcutarias e estabelecimentos de bebidas* (cafés e as tradicionais tabernas). A nível da distribuição espacial, observa-se uma coincidência, quase perfeita, com a repartição geográfica da população. Destes serviços, salienta-se a grande dispersão de

estabelecimentos de bebidas, facto que decorre do papel de sociabilidade que a taberna, tradicionalmente, desempenhou e desempenha em Portugal, embora venha a ceder lugar ao café da aldeia, na sequência da implantação de um modelo de espaço de convívio urbano, onde a influência do emigrante, em férias ou regressado, foi muito significativa.

Outros estabelecimentos de bens de consumo diário como as *Peixarias* manifestam uma localização preferencialmente mais urbana, mais concentrada e privilegiando as sedes de concelho. No entanto, o conhecimento de terreno aponta para a prática de venda ambulante que, embora presente noutros tipos de comércio, encontra aqui a sua máxima expressão.

As desigualdades espaciais observadas resultam, em certa medida, dos diferentes modelos de organização do povoamento. Com efeito, o povoamento é mais concentrado à medida que nos aproximamos da fronteira política, devendo igualmente ter presente que a dimensão das unidades administrativas ser distinta nos distritos analisados (maiores áreas no distrito de Castelo Branco). Por outro lado, os pequenos aglomerados urbanos sedes de concelho estão, regra geral, razoavelmente dotados de serviços de tipologia mais diversificada.

No que respeita ao mercado de oferta de *bens pessoais de consumo ocasional* (por ex. *calçado e vestuário*) há uma correspondência nítida, como era de esperar, com as freguesias mais populosas e urbanas².

Embora, cada vez seja mais usual a presença de lojas de venda de artigos de calçado e de vestuário especializada e/ou franchisada, este tipo de comércio começa a encontrar nos espaços não urbanos motivos de implantação. A importância da imagem, criada pela televisão que a todos chega, e a atracção do novo e da montra, são formas de captação de uma clientela não urbana no seu próprio ambiente (o espaço rural). Para isso surge uma organização muito própria da loja com o vestuário a poder estar no mesmo espaço onde se vendem jornais, ou electrodomésticos ao lado de uma mercearia ou café. Por seu lado, o comerciante é normalmente uma pessoa da comunidade, o que facilita muito as relações entre vendedor e cliente e promove os seus produtos através da utilização do livro de apontamentos, do fiado e dos pequenos serviços de levar os produtos a casa.

Outro conjunto de estabelecimentos salientado relaciona-se com o facto de, nestes Distritos, a actividade da agricultura mobilizar ainda, grande parte da população rural. É por isso que o comércio de produtos ligados a

² A população rural habitualmente adquire estes produtos nas feiras anuais e mercados semanais que são, tradicionalmente, realizados nos lugares sede de freguesia.

este sector tem uma ocorrência, relativamente, uniforme, embora a expressão geográfica dependa da frequência do uso do produto e conseqüente necessidade de aquisição.

Assim, os estabelecimentos de *venda de adubos e sementes* estão presentes praticamente em todo o território do Distrito de Castelo Branco, em resultado do maior significado da prática agrícola em função da qualidade dos solos. Porém, também, é função dos produtos cultivados e das possibilidades de escoamento da produção. No Distrito da Guarda a repartição desigual é condicionada pela escassa presença de solos aptos para serem agricultados. Com efeito, é larga a percentagem de afloramentos rochosos e os magros solos são cobertos por florestas, sendo, todavia, o condicionamento referido também dependente da elevada percentagem de população envelhecida, como foi acima referido. Nos bens ocasionais ou excepcionais como o *comércio das alfaias e máquinas agrícolas*, a localização privilegia os centros urbanos (vilas e pequenas cidades, sedes de concelho) onde o agricultor afluí para adquirir bens gerais ou simplesmente resolver questões do foro administrativo ou pessoal.

No que respeita ao comércio de *bens de Consumo Excepcional* a oferta desta categoria de bens duradouros (electrodomésticos e aparelhagem de som e imagem) têm uma expressão verdadeiramente urbana. Deste modo, a distribuição espacial traduz não só a densidade de população, mas, fundamentalmente, as freguesias mais urbanas em consonância com o maior poder de compra. A mais profunda ruralidade, aliada à carência, e envelhecimento da população, fica mais uma vez, vincada no território do Distrito da Guarda. Idêntica situação se observa nos *Serviços excepcionais especializados no domínio da consultadoria técnica e jurídica*. São serviços que ocorrem predominantemente nos aglomerados urbanos (vila ou cidade, sedes de freguesia), onde a concentração de população potencia clientela.

Quanto aos serviços, de âmbito predominantemente público, de instrução e de formação, os *equipamentos escolares públicos*, são raras as freguesias que não possuem uma Escola do 1º Ciclo. A não existência decorre da composição etária da população que se traduz na ausência de crianças em idade escolar ou o baixo número não justificar o funcionamento de uma Escola. É a consequência, mais evidente, da desertificação destes territórios rurais.

No âmbito deste Projecto, salienta-se a importância que estas escolas do 1º ciclo, poderão vir a ter no sucesso da instalação dos Pontos Multi-Serviços em meio rural, em resultado da execução do Programa Governamental (uma parceria entre os Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia) que está a promover a instalação de computadores em todas estas escolas.

Os Estabelecimentos de Ensino do 2º e 3º Ciclo, Secundário e Universitário estão implantados no território de modo crescentemente centralizado, permitindo obter uma imagem das hierarquias territoriais. Todavia, como se pretendem identificar os lugares menos centrais o 1º Ciclo ganha relevância.

A análise sucinta aqui expressa permitiu, ainda assim, caracterizar o território dos distritos de Castelo Branco e Guarda, distinguindo-se de forma clara o comportamento das áreas urbanas e peri-urbanas, com índices de desenvolvimento e dinâmica demográfica-económica superiores às registadas pelas restantes freguesias. Distingue-se a organização territorial observada no distrito de Castelo Branco, em que o comportamento das variáveis aponta no sentido duma maior homogeneidade do território, observando, contudo, polarizações na sede de distrito e dos concelhos. A nível do distrito da Guarda o padrão espacial apresenta-se mais polarizado nos espaços definidos como cidade (Guarda e Pinhel) e também em Vila Nova de Foz Côa e Sabugal. Estes comportamentos traduzem a existência de dois tipos povoamento, que, embora tendencialmente concentrados, apresentam essa característica de modo mais vincado no distrito de Castelo Branco. Ainda nestes dois distritos, a associação deste tipo de povoamento com situações de grande repulsividade demográfica é responsável pelo afastamento (isolamento) dos lugares quando nos deslocamos de ocidente para a Raia.

A consideração de um valor síntese que resumisse de forma global o comportamento das variáveis seleccionadas correspondeu ao corolário da análise efectuada (Número Índice Ponderado). Num primeiro momento e dada a natureza das variáveis, procedeu-se a uma ponderação utilizando critérios de importância e representatividade dos valores para cada uma das variáveis. Assim, atribuíram-se ponderações para os valores de cada uma das variáveis em função da especificidade das actividades e da natureza (bem raro ou banal). O somatório dos valores ponderados para cada uma das unidades de análise (freguesia) traduz, deste modo, a importância e o nível de serviços que existem em cada um dos territórios. A utilização das medidas descritivas média e desvio padrão permitiu, por último, a realização de uma classificação que traduz o grau de especialização de cada uma das freguesias considerando a totalidade das variáveis consideradas. O mapa de atribuição do *número índice ponderado* (Fig. 6) apresenta os resultados da utilização desta metodologia. A análise dos números índices ponderados confirma as considerações anteriormente realizadas, distinguindo-se claramente as situações em que existem maior número de serviços e que correspondem às áreas mais desenvolvidas e dinâmicas em contraste com os territórios menos desenvolvidos. Basicamente, trata-se duma oposi-

ção Norte/Sul e de espaços urbanos/espaços rurais. O distrito da Guarda apresenta um nível de distribuição de actividades que se traduz num padrão espacial concentrado, por oposição ao distrito de Castelo Branco, onde se observa uma distribuição mais homogénea, influenciada pela repartição mais esparsa da população no território. As áreas de transição entre os dois distritos e as freguesias da vertente oeste da Serra da Estrela apresentam um nível de dotação de actividades e serviços maiores que os registados nas restantes freguesias do distrito da Guarda.

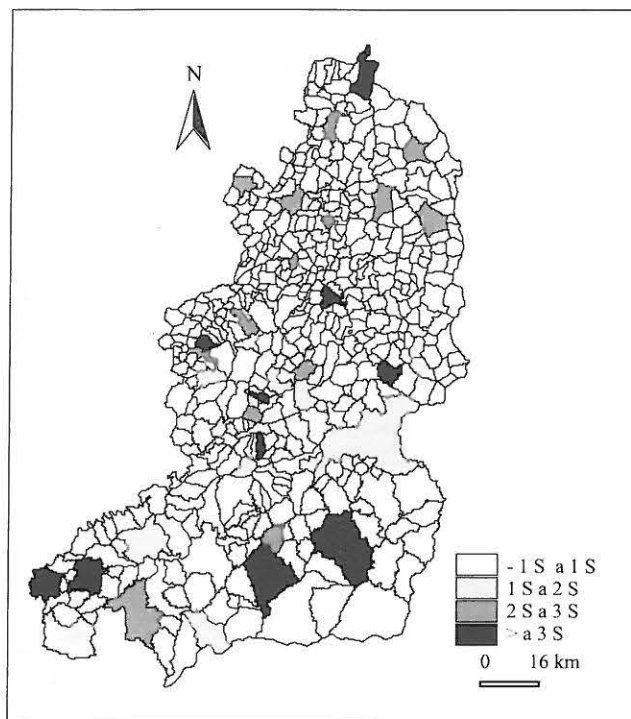


Fig. 6 — Resultado da ponderação de variáveis sócio-económicas utilizadas.

Fonte: Organização dos autores.

Estas conclusões, conjuntamente com os inquéritos realizados junto dos estabelecimentos e dos Presidentes de Junta de Freguesia, permitem indicar como freguesias-piloto onde se poderão preferencialmente instalar Pontos Multi-Serviços, Castelo Novo (concelho do Fundão) e Sarnadas do Ródão (Vila Velha de Ródão), no caso do distrito de Castelo Branco e Torrozelos (concelho de Seia), Lageosa do Mondego (Celorico da Beira) e Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). As três primeiras freguesias apresentam um número índice ponderado inferior à média, o que significa a insuficiência de actividades de serviços, tendo as outras duas sido classificadas na classe superior à média, mas inferior ao desvio padrão. Tal facto

reflecte alguma dotação dos serviços considerados, mas no contexto do território em análise continua a revelar carências notórias. Por outro lado, temos que enquadrar os resultados na investigação de campo e nas respostas aos inquéritos, que revelaram uma aptência particular, também destas áreas para a instalação e disponibilização dos serviços e informações pensados no âmbito do Pontos Multi-Serviços.

CONCLUSÃO

Tendo por base a informação recolhida, o tratamento e análise subsequente e os contactos com as entidades dos distritos de Castelo Branco e Guarda, uma primeira ideia traduz as potencialidades que os lugares propostos para instalação de Pontos Multi-Serviços manifestam e que permitem prospectivar a utilidade do tipo de solução apresentada. Em função das características (dos locais), da frequência dos utilizadores e da ausência de serviços, estes Pontos-Piloto deverão permitir um efeito de demonstração que se poderá estender a outras localidades, servindo populações com características e necessidades específicas. Estes Pontos deverão ser equipados com um computador pessoal com ligação à *internet*, impressora, fotocopiadora, *fax* e terminal multibanco para pagamento de serviços.

A segunda ideia aponta para a necessidade da continuação deste Projecto, nomeadamente com a instalação dos Pontos Multi-Serviços e o necessário acompanhamento e monitorização. Esta fase será decisiva para o êxito deste tipo de implantação, devendo haver o cuidado do acompanhamento e da introdução de melhorias na sequência da utilização e dos comentários e sugestões dos utilizadores. As associações locais, as juntas de freguesia, as câmaras municipais, entre outros, deverão ter um papel activo na avaliação dos impactos e na proposta rápida de alternativas e soluções.

Uma terceira ideia prende-se com o investimento a realizar. Atendendo às características dos territórios e das carências apresentadas, será desejável que no âmbito dos Programas Operacionais Regionais do III Quadro Comunitário de Apoio se encontre uma forma de apoiar substancialmente este tipo de iniciativa, complementada com a participação conjunta de empresas/outras entidades (por exemplo empresas de telecomunicações e informáticas) no sentido do sucesso deste Projecto.

Deve igualmente ter-se presente que no sentido de potenciar a melhoria das condições de vida das populações, combater a exclusão social e o isolamento decorrente da "interioridade", apoiar os cidadãos e reduzir a burocracia, o Ministério da Ciência e Tecnologia está a

dotar estes territórios mais carenciados com condições mínimas de acesso à informação e às novas tecnologias, ferramentas essenciais no contexto da sociedade do conhecimento e da informação actuais. Esta iniciativa iniciou-se, em fase experimental no Alentejo, sendo assente que será extensível a todo o país. Assim, estes Pontos Multi-Serviços encontram justificação acrescida, dado o potencial de crescimento que deverão ter, visto estarem a ser criadas condições e sobretudo hábitos de utilização e de acesso a determinado tipo de serviços baseados no suporte digital.

Esta iniciativa prevê a construção e manutenção de um *Site* na Internet, ligando todos os concelhos, devendo existir em cada concelho um agente encarregado de produzir e difundir informação actualizada em vertentes como o turismo, o património, além de serviços informativos na área da saúde (farmácias de serviço) ou de âmbito geral.

Estas iniciativas encontram-se em fase de execução no contexto do Programa Cidades Digitais liderado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que no caso de Castelo Branco prevê um investimento de 217 mil contos, a distribuir por oito projectos: “Internet nas Escolas”, “Castelo Branco – Media Digitais”, “Netcom”, “Info-HAL”, para além de projectos a desenvolver pela Câmara Municipal que pretendem disponibilizar informação, reorganizar e modernizar os serviços municipais funcionando também como demonstradores da cidade digital para os municípios.

Por último, importa sublinhar a ideia da pertinência e da justificação da solução apresentada no sentido de criar uma *massa crítica* mínima de condições que possibilite fixar populações e fornecer serviços e apoio à população.

Bibliografia base

- BARRETO, António (Org.) (1996) – *A Situação Social em Portugal. 1960-1995*. ICS, Lisboa.
- CAETANO, LUCÍLIA; SANTOS, NORBERTO; GAMA, RUI (2000) — Redes de informação e Desenvolvimento Rural. *Território e Trajectórias de Desenvolvimento*. Praxis XXI, Coimbra (no prelo).
- CUNHA, Lúcio (1997) – “Turismo e desenvolvimento na Raia Central. A paisagem e o ambiente como recursos”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 14, pp. 129-138.
- DIEGUEZ, V. C., SANTOS, P. e JACINTO, R. (1994) – *Cooperação entre a região Centro (Portugal) e as regiões de Castilla y Leon e Extremadura (Espanha)*. Contributo para a definição de uma estratégia de intervenção e a promoção de iniciativas comuns. Salamanca.
- FERRÃO, João (1995) – “Cidades Médias: superar a tirania da dimensão”. *As cidades médias e o ordenamento do território*. CCRC, MPAT, Coimbra.
- FERRÃO, João (1999) – “Reconstruir o Interior destruindo a Interioridade: para uma estratégia activa de inclusão de actores”, Jornada da Interioridade, Idanha-a-Nova, 1997, *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, INCM, Lisboa, pp. 87-91.
- FERRÃO, João (2000) – “As geografias do país: do passado ao presente”, *Janus 99-2000 Anuário de Relações Exteriores*. UAL, Lisboa, pp. 184-185.
- GAMA, António (1992) – “Urbanização difusa e territorialidade local”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 34, 1º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Saber Imaginar o Social, Vol III, Coimbra.
- GAMA, António (1993) – “Espaço e sociedade numa situação de crescimento urbano difuso”. *Portugal: Um retrato singular*. Saber Imaginar o Social. Edições Afrontamento, Centro de Estudos Sociais, Porto.
- GAMA, António; SANTOS, Norberto (1991) — “Tempo livre, lazer e terciário”. *Cadernos de Geografia*, 10, Coimbra.
- GASPAR, Jorge (1993) – “Geografia e ordenamento do território. Dos paradigmas aos novos mapas”, *Ciência*, 13, Lisboa, pp. 51-66.
- GASPAR, Jorge (1993) – “Reordenamento urbano em Portugal”. *Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança*. CCRC, Coimbra.
- GASPAR, Jorge (2000) — “Para além da geografia”, *Arquitectura e Vida*, 6, Julho, Lisboa, pp.28 a 35.
- LAJUGIE, Joseph (1973) – *Les villes moyennes*. Ed. Cujas, Paris.
- MERENNE-SCHOUMAKER, Bernardette (1996) – *La localisation des industries*. Nathan, Paris.
- REIS, José (1999) – “Interior, desenvolvimento e território”, Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade, Idanha-a-Nova, 1997, *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, INCM, Lisboa, pp. 77-86.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) – *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*. Edições Afrontamento, Porto.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) (1993) - *Portugal: Um retrato singular*. Saber Imaginar o Social. Edições Afrontamento, Centro de Estudos Sociais, Porto.
- SANTOS, Norberto (1998) – *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias. A dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*. Faculdade de Letras, Coimbra.